

ARENAS IDENTITÁRIAS E CIDADANIA: políticas e práticas do confronto

Roberto Malighetti

Università degli Studi di Milano Bicocca

ARENAS IDENTITÁRIAS E CIDADANIA: políticas e práticas do confronto

Resumo: O texto analisa comparativamente a articulação entre políticas públicas, concepções da cidadania, identidades, experiências diaspóricas e migratórias. De um lado, considera como o Estado-Nação procura resistir à erosão da sua legitimidade com fragmentárias políticas multiculturais que aprofundam as contradições políticas e econômicas estruturais. Agindo seletivamente sobre os mecanismos identitários, a ideologia e as práticas do multiculturalismo promovem ações especiais e emergenciais que superam o Direito e alimentam as contraposições entre os grupos que institucionalizam. Por outro lado, o artigo examina como nos contextos híbridos contemporâneos diferentes perspectivas “por baixo” elaboram ações de mudança social, cultural, econômica e política, que fogem aos mecanismos dos integralismos identitários e inauguram novas formas dialógicas para pensar os direitos e as cidadanias.

Palavras chaves: Identidade, multiculturalismo, cidadania, nacionalismo, transnacionalismo, cosmopolitismo.

IDENTITARIAN ARENAS AND CITIZENSHIP: policies and practices of the confrontation

Abstract: This paper analyzes comparatively the relations among public policies and the concepts of citizenship, identity, culture, diasporic and migratory experiences. On the one hand it considers how the Nation-State tries to resist to the constant erosion of its legitimacy by adopting fragmentary multicultural policies which mystify the economical and political contradictions. Acting selectively on the identitarian mechanisms, the ideologies and practices of multiculturalism promote special actions and emergency enterprises which bypass the systems of right and support the contrapositions among the groups which they institutionalize. On the other hand, the text examines the ways in which different grass root perspectives elaborate social, cultural, economic and political actions which go over the identity essentialisms and inaugurate new dialogical forms to negotiate rights and citizenships.

Keywords: Identity, multiculturalism, citizenship, nationalism, transnationalism, cosmopolitanism.

Recebido em 15.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

1 INTRODUÇÃO

As políticas identitárias, articuladas nas ideologias e nas práticas multiculturalistas coludem com as estratégias de domínio, inauguradas pelo senado romano para *dividere et imperare*: promovem, através da emissão seletiva de privilégios, a adesão aos poderes hegemônicos, prevenindo, ao mesmo tempo, a coalizão e os desafios dos elementos potencialmente contrastivos. Como instrumentos utilizados pelas lógicas da integração nacional, usam a identidade como tecnologia de poder e entregam os conflitos sociais ao poder centralizado do Estado, reproduzindo os dispositivos do racismo ilustrados por Foucault (1976): as fragmentações identitárias, como as hierarquias raciais, revelam-se instrumentos do *biopoder* para exercer uma soberania eugênica sobre a ordem social, contrastando as ameaças dos fatores exógenos e endógenos, a mudança e as contradições sócio-econômicas. Resolvem o multiculturalismo na sua negação, revelando o seu obscuro lado monocultural.

2 ONTICAL HUMAN SOCIAL UNITS

O multiculturalismo realiza a forma atual pela qual o Estado nacional contemporâneo descreve e pensa a si mesmo, uma manifestação da reação à sua deslegitimação e as ameaças de erosão da hegemonia dos poderes dominantes (MALIGHETTI, 2002). Combina a homogeneização com a organização vertical da sociedade, funcionando em modo análogo aos modelos de tipo segmentário (EVANS-PRITCHARD, 1940; SAHLINS, 1961): a alteridade assume a específica função significativa de “oposição complementar” (DUMONT, 1980), identificada contingentemente no interno da comunidade ou externamente, segundo os interesses e as necessidades.

Fagocitando as lutas pelo reconhecimento dos direitos, os programas multiculturais agem seletivamente sobre os mecanismos autogênico e alogênico em modo de mistificar as diferenças econômicas e políticas estruturais. Pensam as sociedades como mosaicos de monoculturas minoritárias homogêneas e com confins bem definidos, em relação a monoculturas dominantes igualmente fechadas, forçando as relações entre os componentes sociais, dentro da dicotomia assimétrica cultura hegemônica-cultura subalterna e através dos conceitos de minoria, transitoriedade, emergência, reversibilidade. Neste modo essencializam a mútua distinção e a consistência interna, construída, alternativamente, acerca de variáveis culturais, genealógicas, territoriais, religiosas, linguísticas ou raciais. A dominação e a desigualdade resultam da naturalização do próprio critério de diferenciação.

As ideologias identitárias promovidas pelo multiculturalismo forçam as culturas, construídas como entidades fixas, sem história e impermeável, dentro dos espaços discursivos do racismo contra o qual foram originalmente concebidas. As suas disciplinas e, em primeiro lugar, a antropologia, arriscam perigosas cumplicidades com o que Taguieff (1988) denominou “racismo diferencial”, reificando as diferenças culturais e identificando organicamente as identidades em termos irreduzíveis e incomensuráveis. Interpretam os conflitos sociais entre membros de culturas diferentes como produtos de uma natural xenofobia que impõe a defesa de cada cultura, separadas para seu próprio bem e protegida pelo Estado da mestiçagem da sua original autenticidade e pureza biocultural.

O modelo reproduz a lógica do sistema de segregação racial sul-africano, onde estudiosos da tradição *volkekunde* forneceram a base ideológica para o regime da *apartheid*. Utilizando as ferramentas da antropologia que foram desenvolvidos na época colonial, o *government anthropologists* e os ideólogos do Partido Nacional - reunidos no Ministério da Cooperação e Desenvolvimento – viram na divisão do país em comunidades étnicas, concebidas como *ontical, human social units* (COERTZE, 1978), o respeito pelas diferentes tradições culturais locais, preservadas em suas purezas e longe das possibilidades de contaminações (GRILLO, REW, 1985; MALIGHETTI, 2001).

A articulação dos grupos com base nos sentimentos primordiais de pertença, é estruturalmente coerente com a construção do domínio e com a necessidade de controle e de formação de lealdades por parte do Estado-nação moderno, contra os elementos críticos que o atravessam (STOLCKE, 1995; APPADURAI, 1996). Expulsa as dimensões das mudanças, consideradas como efeitos das ações de entes patogênicos externos, como a imigração, mas, curiosamente, não a globalização, vista como fenômeno evolutivo e, portanto, interno. Exclui a possibilidade de articular as diferenças segundo perspectivas complexas (classe, gênero, status, papel, idade, etc.), reconhecendo as diversidades só nos termos unívocos que são institucionalizados pelos nichos criados pelo multiculturalismo: a adesão e a pertença a uma identidade cultural uniforme é o pré-requisito fundamental para o reconhecimento social e político e para o eventual acesso à cidadania.

As metafísicas da identidade atravessam os idiomas não só dos poderes políticos reacionários ocidentais ou dos novos estados independentes, mas também das forças progressistas e das reivindicações identitárias de vários movimentos contemporâneos. Na época colonial as diversas

administrações têm produzido novos grupos sociais, identificando-os por suas pertencias étnicas, religiosas, territoriais ou raciais. Usando as políticas do governo indireto (*indirect rule*) e seus mecanismos de cooptação das lideranças tradicionais, o sistema colonial britânico inventou as tribos em África, baseadas sobre o modelo do estado nacional europeu (SOUTHALL, 1970), colocando-as umas contra outras através da concessão seletiva de privilégios e poderes. Paradigmáticos neste respeito é a invenção e o uso do conflito entre Hutu e Tutsi em Ruanda Burundi, a separação entre Cingalês e Tâmil em Sri Lanka a partir das leis especiais britânicas em favor da criação de uma elite anglofona, as funções dos recenseamentos na promoção a estratificação das “auto” identificações coerentes com o exercício do domínio.

As linguagens dos protagonistas dos movimentos de liberação e dos líderes da pós-independência renovam - como avisou Franz Fanon a propósito dos perigos inerentes ao fetichismo das identidades petrificadas - novas formas de imperialismo e de opressão, exercidas diretamente pelas elites coloniais e pelos novos grupos dominantes. Aquela que Appiah (1991) chama *intelligentsia compradora*, enquanto mediadora do comércio cultural com a Europa, combinou os irrealizáveis projetos de modernização com o apoio as reivindicações de identidades primordiais, baseadas sobre uma *mimicry* (BHABHA, 1994) que reproduz as rígidas estruturas binárias do pensamento colonial. Em África, o nacionalismo dos novos estados independentes, promovidos pela classe dirigente, reduziu a *Negritude* numa expressão biológico-natural de um *ethos* transcendente: o privilégio da ideologia primordialista de Senghor, contra as complexas concepções de Césaire e Fanon, foi funcional para esconder os violentos conflitos sociais internos.

As formas do “populismo autoritário” (HALL, 1985) juntam patriotismo, xenofobia, etnicismo e militarismo com as retóricas da autenticidade e pureza das tradições culturais atribuídas a grupos homogêneos como último recurso para sustentar a identificação com os regimes e para construir lealdades incondicionais contra as contaminações dos imigrantes e dos desviantes. De outro lado, os governos reformistas articulam os ideais verticais de “identidade nacional” em infaustas redes de leis especiais para as minorias, fundadas no pressuposto de que as políticas para estes grupos são específicas, separadas dos problemas dos cidadãos do Estado, e, portanto, estranha aos conceitos de nação e da comunidade¹.

Destas perspectivas, as diferentes conformações daquilo que Spivak define *essencialismo estratégico*, em vez de criar um cavalo de Tróia progressista apto a abrir espaços

para a participação política e civil, coludem com as lógicas reacionárias, homogeneizantes e contrastivas, sustentando-as. Incluídas em um quadro fenomenológico como “erro necessário” para conseguir o reconhecimento dos direitos civis e políticos, as diversas “ações afirmativas” e “positivas” ou, como são chamadas, talvez em modo melhor usando um oximoro, “discriminações positivas”, são suscetíveis de alimentar formas de racismo diferencial (TAGUIEFF, 1988), de absolutismo étnico (GILROY, 1993) ou de identidade tribal (CLIFFORD, 1997). Defendendo a sedução nativista em uma suposta pureza racial ou étnica, natural e originária, realizam um congelamento metonímico (APPADURAI, 1996), que circunscreve as identidades dos indivíduos e dos grupos nos espaços a que são constringidos, quase sempre, por poderes alógenos. Reintroduzem e legitimam o uso de categorias políticas e de disciplinas - como a raça e as ideologias raciais - negadas pela história antes que pela ciência. Sobretudo, não conseguem os objetivos de reforçar os sujeitos mais fracos, por quem estão dispostos a correr perigos muito graves e restituir a um antigo e obscuro passado - politicamente muito embaraçoso - práticas políticas e disciplina científicas como a antropologia. Pelo contrário, sustentam formas de subordinação e de exclusão organizadas e contidas dentro dos dispositivos verticais que neutralizam, fragmentando-as à possibilidade de lutas e solidariedades horizontais entre as diferentes categorias de excluídos. Na Índia, as quotas no setor público e nas universidades têm beneficiado castas identificadas pelo governo, em detrimento de outros cidadãos marginalizados. Na África do Sul, a abstrata discriminação positiva e as políticas *Bee (Broad-Based Black Economic Empowerment Act)*, não tiveram impacto sobre as formas de redistribuição de riqueza. Nos E.U. a discriminação positiva que privilegia as pertencas raciais em detrimento da pobreza em geral, além de opor-se ao sonho de Martin Luther King de um futuro “indiferente à cor da pele”, demonstra-se coerente com a política que desencoraja a igualdade e uma maior justiça social. No Brasil, as abstratas políticas das quotas reservadas à população negra e indígena nas universidades, inauguraram perigosas políticas de identificação racial e étnica, além de desmistificar as causas socioeconômicas da exclusão não só acadêmica. Na França, a tentativa do Estado em realizar serviços desiguais e a discriminação positiva, mobiliza o interesse contra os efeitos e não contra as causas, rendendo-se funcional para evitar uma séria reconsideração da ordem social racista.

3 O TRÁGICO OXIMORO

As lógicas identitárias configuram as políticas multiculturais segundo estratégias que assumem as figuras contrastivas do *fechamento* e da *ameaça* (REMOTTI, 1995; APPADURAI, 2005). Envolvem diversos métodos catárticos que purificam do sujo interno e da contaminação externa (DOUGLAS, 1966) e exercem a violência contra as ligações, o fluxo temporal e a mudança. A afirmação de um núcleo substancial subtrai os direitos, os privilégios, as prerrogativas, as conquistas, o território do *idem*, das possibilidades de discussão, de negociação e, portanto, de alteração. Ao mesmo tempo, a construção do *alter* como ameaça à sua própria indiscutibilidade e inalterabilidade, torna insuportável qualquer pequena alteração da integridade: as minorias, os seres humanos “insuficientes” (deficientes, idosos, doentes), os desviantes, são considerados subversivos da relação que coloca em recíproca definição pureza, totalidade e confim social inviolado e tornam-se os primeiros objetivos das marginalizações e das depurações². Como sugere Appadurai (2005), as políticas identitárias contêm o gérmen do genocídio, fundado sobre mapas necrográficas: alimentadas pelas retóricas pseudo-demográficas, reagem às ameaças procurando eliminar o sujo que as separa da pureza (APPADURAI, 2005). A fragilidade estrutural da identidade realiza as contradições do multiculturalismo e trazem as políticas a passar da defesa de um neutral e objetivo pluralismo a formas de agressão contra as contaminações: a “solução final” do outro é a conclusão contida, desde o início, na dialética da identidade (REMOTTI, 1995; APPADURAI, 2005) que resolve o multiculturalismo no seu contrário.

A limpeza étnica atravessou a história da humanidade assumindo, como processo de uniformização, o ato fundador das realidades estaduais (BAUMANN 1989; GOUREVITCH, 1998). Diversas perspectivas antropológicas (DANIEL 1996; DESJARLAIS, KLEINMAN, 1994; HAYDEN, 1996; MALKKI, 1995; NORDSTROM, 1997; TAMBIAH, 1996) consideram a violência como um ingrediente da identidade que se exprime nas tentativas de impor os modelos ideais da uniformidade sobre realidades sociais e estruturais variegadas e em constante alteração. A sua extremização e espetacularização é considerada uma técnica para “imaginar uma comunidade” (ANDERSON, 1983), um modo de produzir o que Appadurai (1998) chama de “adesão total” e que Gourevitch descreveu, a propósito do genocídio em Ruanda, como uma “prática de constituição da comunidade” (GOUREVITCH, 1998, p.95). A violência estrutural (FARMER, 2003) permite identificar concretamente as abstratas categoriais étnicas,

atribuídas tanto a um “nós” a preservar quanto a um “outro” a pseudo-especificar (ERIKSON, 1966) subtraindo a humanidade, ou, nos frequentes casos dramáticos, a presentificar através de mutilações físicas e corporais, signo tangível da negação da presença (HAYDEN, 1996; APPADURAI, 1998). Constitui-se a partir da uma forma de modernidade fundada sobre o poder de criar maiorias e minorias, através de recenseamentos e as representações mediáticas do si e do outro.

As diferentes formas de separatismos étnicos saem da identidade étnica, racial ou religiosa para reivindicar para si o poder do Estado (KALDOR, 1999). A força deste processo pode manifestar-se na capacidade das comunidades étnicas imaginárias (ANDERSON, 1983) de dismantelar as comunidades existentes e substituí-las por novas. O caso iugoslavo exprime o papel crucial do *nationalism from the top down* (ZIMMERMANN, 1995) baseado na ideologia de agregação estatal sobre uma base étnica. As políticas nacionalistas da Jugoslávia nos anos oitenta e noventa fragmentaram os territórios que eram habitados por diferentes concentrações de grupos que coexistiam intimamente ligados, em diferentes estados governados pelos membros da nação majoritária: à véspera da explosão da violência na ex-Iugoslávia os níveis de heterogeneidade nacional foram em constante aumento por número de casamentos mistos e nascimentos de crianças com pais mistos, identificações como iugoslavo e não como pertencentes a grupos minoritários ou etno-nacionais (HAYDEN, 1996). A situação de conflito foi determinada por causa das específicas escolhas políticas feitas a partir “de cima”, utilizando elementos culturais e mediáticos como suporte ideológico para a criação de unidades específicas em torno de interesses políticos ou econômicos. Foi necessária a propaganda do sérvio Slobodan Milosevic para convencer que os croatas eram todos ustasha cripto-nazistas, e o croata Franjo Tudman para considerar todos os sérvios como assassinos céticos, bem como acreditar que os muçulmanos bósnios eram a vanguarda de uma nova ameaça islâmica (HAYDEN, 1996).

4 EXTRA ORDINEM

O aparato de leis especiais para grupos selecionados, identificando partes da sociedade fora dos princípios de cidadania e do Estado de Direito, introduz preocupantes elementos de incerta consistência democrática. Produz uma soberania definível com Carl Schmitt (1922) como o poder de proclamar o estado de exceção, de suspender “legalmente” a validade da lei e dos princípios jurídicos estatuais, exercendo um domínio arbitrário, sem qualquer mediação.

A história e a crônica ensinam como em nome da segurança, do acolhimento, da ajuda ou dos direitos humanos, o estado de exceção confere poderes enormes aos executivos, promovendo um autoritarismo, frequentemente gerido através dos meios de comunicação (ACKERMAN, 2006). O recorrente recurso aos dispositivos extraordinários e a derrogação temporária e contextual das normas acaba com a estandardização e torna-se uma modalidade consuetudinária do contrato social. A inversão da relação entre regra e emergência produz um efeito perverso de continuidade e onipresença da emergência, em consonância com as estratégias de poderes que podem aproveitar da universalização deste estado (BENJAMIN, 1955; AGAMBEN, 1995).

Os dispositivos da emergência determinam uma situação paradoxal, *extra ordinem*, uma forma de exclusão que se materializa nas legislações cada vez mais repressivas e nos espaços especiais: campos dos refugiados, dos imigrantes, dos clandestinos, das vítimas, dos prisioneiros de guerra, dos homens e mulheres traficados, traumatizados, mutilados. Esses lugares são povoados por seres humanos transformados em entidades abstratas, destinadas a serem identificadas, pesquisadas, recenseadas, registradas, contadas, quantificadas, catalogadas, etnicizadas. Embora a lei clássica pense em termos de indivíduos e da sociedade, de cidadãos e de Estado, o aparato emergencial raciocina em termos de corpos indistintos e deslocalizados, para nutrir, vestir, curar, de acordo com as estratégias e as categorias diagnósticas das administrações, exportáveis em todos os contextos. A dimensão biopolítica destaca os novos quadros jurídicos e políticos das relações entre o Estado e os indivíduos, revelando os riscos e os paradoxos existentes nos sistemas jurídicos das democracias modernas: em nome da segurança, da aceitação, da ajuda ou dos direitos humanos, os cidadãos são transformados em puros corpos ou em *vida nua* (AGAMBEN, 2003).

Sob a pressão da urgência, as ações se fixam como não-negociáveis, transfigurando os problemas sociais em questões técnicas e emergenciais. Neutralizam o potencial de inovação local e inauguram modelos organizacionais que baseiam a sua legitimidade na performatividade e na eficácia em maneira totalizante, em detrimento dos projetos alternativos. As reflexões críticas sobre as contradições ou as causas da marginalização ou da exclusão - bem como, mais geralmente, do subdesenvolvimento e das tragédias da fome e da guerra - são eliminadas. Os fatores desagregantes são, no máximo, considerados em termos apolíticos, mecânicos e naturais, como simples resultados de esporádicas explosões

ligadas a estados endêmicos de *warfare* tribal ou de uma história significativamente considerada local, e nunca global. A evidente interação entre atividades humanas e catástrofes naturais, bem como entre catástrofes naturais e fatores políticos, é removida, juntamente com os efeitos determinados pelo assim chamado "equilíbrio internacional" e pelas competições pelos recursos em constante diminuição. Agindo como "máquinas antipolíticas" (FERGUSSON, 1990), as configurações especiais suspendem, como as máquinas "antigravidade" da ficção científica, o "político", alimentando o fatalismo, o clientelismo, o assistencialismo e a dependência. Muitas vezes usam a logística e os mecanismos que garantem a ordem, a estabilidade e a segurança, estendendo o que Giorgio Agamben (1995) chama de "zona cinza" de operações militares justificadas como operações humanitárias nas quais os atores civis têm cada vez menos espaço para autonomia e liberdade. O fim da emergência produz a suspensão de atenção das mídias, à imediata interrupção da intervenção, à transferência da máquina organizacional em novos cenários emergentes no tabuleiro geopolítico.

Em nome da emergência, vários dispositivos e técnicas de subjetivação (associações, centros de aceitação, tribunais, igrejas, serviços sociais, escolas, sociedades, ONGs) operam no território como aquilo que Appadurai (1996), chama de "formas móveis de soberania", realidades que se movem impondo regras e imperativos legitimados sob a bandeira de valores indiscutíveis. "Especialistas da subjetividade" (ROUSE, 1995) ou "modernizadores intermédios" (RABINOW, 2003), nacionais ou estrangeiros, exercem poderes e soberanias, adaptando e redefinindo as práticas de governamentalidade (FOUCAULT, 1984). Uma pleora de gerentes, burocratas, cientistas, técnicos, voluntários traduzem através do filtro das suas ambições, interesses e capacidades, as políticas globais naquelas locais. Desagregam as redes de influência, modificam os sistemas de poder preexistentes, estendem novas alianças e confundem as estratégias das autoridades locais: designam as competências, distribuem funções, integram grupos locais nos circuitos nacionais e internacionais como novas formas de *governance*. Muitas vezes revivificam as políticas de *indirect rule*, favorecendo a cooptação das *leadership* e alimentando, ao mesmo tempo, as formas de exclusão já existentes.

Comunidades de poderes coercivos forçam a participar (ou, melhor, "a ser participados") só em termos de identidade artificialmente produzidos pelos idiomas e pelas categorias dos projetos. Ignoram, talvez, a diversidade das relações de poder que determinam o uso e o controle dos recursos, assim como as variedades dos modos

em que estas relações de poder se articulam com as diferentes formas de estratificação social. Constroem os interlocutores e os grupos sociais, escondendo a seleção necessariamente inclusiva e, ao mesmo tempo, exclusiva, segundo modelos integrados e visões estereotipadas que enfatizam a homogeneidade, a solidariedade interna e a capacidade de ação coletiva. Produzem formas de comunidades locais *tribalizadas* no interior de confins territorialmente, linguisticamente, racialmente, etnicamente autênticos e puros, semelhantes àqueles criados pela antropologia ao serviço dos projetos de desenvolvimento das diversas administrações coloniais e neocoloniais.

As mutações do capitalismo determinadas da crise do *welfare-state* keynesiano, da abertura dos mercados ao neoliberalismo, do colapso do sistema vestefaliano das relações internacionais, fundado sobre a soberania dos Estados e do esvaziamento das Nações Unidas após o 11 de Setembro, têm promovido uma gestão privada do humanitário, paralelo àquela estatal. As organizações não-governamentais tornaram-se parte de um sistema de relações com as instituições políticas e econômicas e os agentes privados. Assumem um papel cada vez mais relevante na representação e participação em importantes processos de tomada de decisão, através do estatuto consultivo que lhes é concedido por instituições nacionais e internacionais. Devendo enfrentar a crescente competição para a captação de fundos, são obrigados, para sobreviver, a colocar em jogo um imponente aparato capaz de perseguir as emergências, talvez através da retórica da compaixão e da semiótica da imagem, produzindo eventos comunicativos por meio de declarações e de imagens altamente emocionais para evocar indignação e a necessidade moral da ação. A ostentosa e também fortemente censurada visibilidade, ofuscante na sua vacuidade, segue registros muito mais sensíveis à dramatização do evento excepcional, e muito menos para a miséria ordinária. Um dos resultados da ajuda humanitária é um grande déficit democrático em apoio ao poder econômico e político de verdadeiras castas locais de tecnocratas e oligarcas mafiosos, como aconteceu na ex-União Soviética: livres das redes do controle eletivo acedem, através de suas ONGs, aos financiamentos, controlam os organismos financeiros e exercem pressão e hegemonia nos meios de comunicação e nas instituições políticas (MALIGHETTI, 2005).

5 CONTRA A IDENTIDADE

Em um panorama que a cultura hegemônica não consegue impor em termos homologantes e totalizantes, diferentes formas de subjetividade

conseguem escapar às técnicas de governamentalidade multicultural e às práticas de normação identitária. Estas agências (GIDDENS, 1992) abrem espaços *anthropopoieticos* que desmantelam os sistemas de classificação, ultrapassam e esvaziam as identidades, configurando-se em termos contingentes e precários, como redes que envolvem vários posicionamentos. Rejeitam fundações em termos absolutistas e contradizem os poderes dominantes e as tentativas de promover uma ideologia feliz e pacificada do multiculturalismo e da globalização como algo inevitável e já terminado, que resolve os conflitos e organiza discretamente as articulações internas. Mostram, no entanto, as suas complexidades nas práticas dos microprocessos cotidianos, subtraídas a uma única lógica e articuladas em arenas efervescentes, onde diferentes visões do mundo, interesses e poderes se conectam e se contrastam (HANNERZ, 1992; APPADURAI, 1996; CLIFFORD, 1997; AMSELLE, 2001).

Perspectivas “por baixo” questionam a relação exotizante entre distância e diferença e à imediata coincidência do local com a cultura e a identidade (CANCLINI, 1998; GUPTA, FERGUSSON, 1997; MALIGHETTI, 2007a). Subtraem o global da universalidade abstrata pelo qual é imposto pelas ideologias hegemônicas, colocando-o nas suas articulações reais e necessariamente locais e particulares. Oferecem a possibilidade de transcender a reificação das diferenças, e consideram, por um lado, as “culturas tradicionais” nos seus envoltórios transformativos com a modernidade: incluem as ideias e as práticas da modernidade nas práticas locais, fragmentando e dispersando a modernidade nas reelaborações “micromodernas” construídas “de baixo” e em constante proliferação. De outro lado permitem de pensar as realidades contemporâneas não em termos homologantes, mas segundo conceitos complexos, como hibridação e mestiçagem, que constituem um eficaz antídoto contra o perigo de conflitos interculturais e de etnocídio (APPADURAI, 2005, p.132)

Essas articulações (CLIFFORD, 1988), o *ethnoscapes* (APPADURAI, 1996), substituem a ideia de processos que devem trocar o global com o local, o tradicional com o moderno, com a ideia de uma “modernidade múltipla” (COMAROFF, COMAROFF, 1993), entendida como um conjunto de realidades negociais produzidas principalmente pela copertencia (GADAMER, 1965) da modernidade e da tradição, do global e do local (MALIGHETTI, 2007). As “sujeiras” (CLIFFORD, 1993) seriam fertilizantes para novas sínteses e emersões culturais e sociais, gerando poderosas tendências contrárias às estratégias globalizantes e mostrando uma dinâmica baseada na fusão, na mistura e na oposição.

As subjetividades locais marcadas por tradições múltiplas têm contribuições únicas para as configurações culturais e os esforços intelectuais e políticos. Rompem a integração vertical e espacial e o tempo linear da história, constitutivo do discurso ocidental (BENJAMIN, 1955). Suas condições “híbridas” abdicam aos sonhos e às ambições de redescobrir a pureza cultural ou o absolutismo étnico, promovidos pelos diversos fundamentalismos étnicos, integralismos nativistas e culturalismo biológico. Apropria-se do espaço catacrético (SPIVAK, 1999) focalizado naquela dimensão da arena social onde os sujeitos recuperam e traduzem os significados, reescrevendo neles os sinais das suas marcas.

A consideração das reelaborações locais da modernidade reconhece a intensidade, a força, a velocidade e as propriedades de auto-organização de grande parte dos movimentos sociais contemporâneos, e revela como as diferentes mensagens são traduzidas, misturadas e processadas pelo atores localmente situados e organizados³. Convida a julgar as possibilidades abertas pelas práticas populares de base para produzir criações originais e idear os meios para libertar a sociedade do imaginário da modernização e reduzir a sua dependência da *episteme* da modernidade.

Laboratórios de formas de humanidade e de produção cultural elaboram práticas de mudança social, cultural, econômica e política, que fogem aos mecanismos fragmentários dos integralismos identitários (APPADURAI, 2005; MALIGHETTI 2005). Baseia-se na diversidade cultural, entendida como uma força contingente em constante mutação e, portanto, inovadora, e na valorização das necessidades e das oportunidades econômicas em termos diferentes daqueles do desenvolvimento modernizante e da integração multicultural. Tentam superar as desastrosas abordagens assistenciais, as verticísticas intervenções especiais, as misericordiosas e contraditórias ações humanitárias, em favor de iniciativas integradas e multissetoriais, baseadas sobre protagonismo e as potenciais alternativas dos recursos humanos locais. Procuram formas econômicas coletivas que não favorecem um bem-estar material devastador para os laços sociais e o ambiente, rompendo com a destruição perpetuada em nome da globalização e do desenvolvimento (ESCOBAR, 1995; ESCOBAR, LINS RIBEIRO 2005; ALMEIDA, 2009).

Os novos ativismos transnacionais ultrapassam os objetivos dos grandes movimentos dos séculos XIX e XX, baseados em interesses e objetivos universais, em oposição a adversários concebidos em formas igualmente genérica. Construam novas dimensões globais, não por concepções universalistas

dos problemas, dos direitos ou das normas, mas através de estratégias contingentes que consideram um problema, uma aliança, uma vitória de cada vez (APPADURAI, 2005, p.131). Produzem solidariedades a partir da convergência de interesses mais restritos e mais específicos, indutivos, contextuais, colocando a interconexão mundial no serviço de formas locais de poder (APPADURAI, 2005, p. 132).

A apostapolítica dos grupos marginais consiste na capacidade de contrapor-se aos axiomas do nacionalismo e da modernidade na suas formas hegemônicas. Como “contramodernidades”, mostram que cada cultura tem sido sempre mestiça multicultural ou híbrida, produto de uma longa história de apropriações, de resistências, de compromissos em constante mutação, de antagonismos, incoerências, contradições. As culturas não são “loucas” (CLIFFORD, 1988) apenas no mundo contemporâneo a causa da globalização, que, de qualquer forma, não é uma dinâmica recente, tendo constituído a história da humanidade, desde quando os primeiros afro-descendentes deixaram a África Oriental setenta mil anos atrás.

Antes da criação da forma do Estado-nação europeu e da sua exportação planetária, o mundo pululava de sociedades sem nome e sem confins ou que tinham termos muito gerais para definir o si coletivo, indicantes as condições, a situação econômica, os cargos econômicos ou políticos. A mesma Europa não conhecia fronteiras antes da criação dos Estados-nações do século dezanove.

Delocalizadas e deterritorializadas as culturas e as identidades surgem como verdadeiras construções, formas de autorrepresentação relacionais em contínua transformação no âmbito das conexões que um grupo humano tem com os outros e com o contexto que os contém (MALIGHETTI, 2007b). Essas perspectivas convidam a considerar “quem cria e quem define o que” ou “quem manipula na contingência e com que finalidades” os significados culturais, através de qual dinâmica, investindo quais elementos e, segundo quais perspectivas hegemônicas em um específico momento. Essa “política econômica de conhecimento” (KEESING, 1974) reflete sobre a trama entre sistemas simbólicos e sistemas de poder e sobre a produção e reprodução das formas culturais, não prescindindo da referência ao entrecho entre processos socioeconômicos e geopolíticos locais e globais (MALIGHETTI, 2008).

6 CONCLUSÃO: cidadanias negociais

Os fenômenos de mestiçagem, de hibridização, de sincretismo, de crioulização e de transculturação (ORTIZ, 1940), característicos das situações coloniais (BALANDIER, 1955), tornaram-se

paradigmáticos como modelos das subjetividades contemporâneas. A condição diaspórica dos grupos à margem da história, dos povos colonizados, escravos, imigrantes, refugiados, exilados, expatriados, vêm a representar o precedente histórico do sujeito descentralizado e deslocado da aceleração do que Giddens tem chamado de “mecanismos destrutivos” e “deslocantes” da globalização (GIDDENS, 1992).

O conceito de diáspora permite de desconstruir as identidades culturais superando a lógica binária do pensamento colonialista conotada em termos biológico-naturais e racistas. Refere-se ao reconhecimento da heterogeneidade e da diversidade, ou seja, a uma concepção da subjetividade que vive através, e não apesar, da diferença e da mudança. Atravessadas por diversos mundos culturais, com várias histórias, línguas e tradições, as realidades diaspóricas articulam formas de pertencias multissituadas (MARCUS, 1998 pp. 79-104), reproduzindo-se continuamente através da transformação e da diversidade⁴. O Atlântico Negro é a metáfora dos reconhecimentos culturais, políticos e estéticos irreduzíveis a qualquer tradição nacional ou base étnica, às estruturas do Estado-nação, às limitações da identidade, da etnia e da raça. As suas *travelling cultures* (GILROY, 1993 p.69) podem ser concebidas como formas de criatividade cultural, produzidas pelos confrontos, encontros, viagens, fusões e resistências que desafiam as concepções da nacionalidade, da etnia, da autenticidade ou da integridade cultural ou racial.

O transnacionalismo, entendido não apenas como uma dimensão da vida através das fronteiras, mas, principalmente, como negação da assimilação, e, simultaneamente, como estratégia de luta contra a exclusão, pode ser visto como um espaço onde os atores podem articular formas de poderes alternativas àquelas baseadas na cada vez mais improvável homogeneidade, universalidade e territorialidade da nação como pressuposição e base fundamental do Estado. Impõe de reconceituar os fundamentos da cidadania e das relações - não mais imediatas - entre Estado e Nação (HABERMAS, 1996), bem como a ligação entre os indivíduos, o Estado e as formas alternativas dos poderes que intervêm na regulamentação das vidas das pessoas. Presença ausente (SAYAD, 1991), o sujeito transnacional negocia o tipo de pertencas múltiplas e de adaptações práticas e técnicas, com a flexibilidade do posicionamento geográfico e social: é um efeito das novas articulações entre as várias comunidades políticas e econômicas que o coloca além das residências temporárias e das remessas de dinheiro.

Ao invés de uma estrutura monolítica externa respeito às preocupações e à vida cotidiana

das pessoas, a cidadania deve ser considerada como um espaço vital (HOLSON, APADURAI, 1996) e um processo dialógico (GRILLO, PRATT, 2006). Como tal, pode ser avaliada através da análise de microdinâmicas de inclusão e exclusão, inscritas na vida cotidiana dos atores e nos lugares onde os direitos são negociados, realizados ou negados.

Os limites do conceito de cidadania são postos à prova pelo hiato entre cidadania formal e substantiva e da permanência dos mecanismos de exclusão, além da cidadania, que definem negativamente os corpos sociais. A crescente complexidade das categorias sanciona diferentes estatutos sociopolíticos e jurídicos: do cidadão sem direitos ao residente regular sem nacionalidade; do trabalhador sazonal ao refugiado; do requerente de asilo às pessoas com vários passaportes; até os clandestinos que cruzam as fronteiras ilegalmente ou que têm o visto sem validade. De um lado, os novos regimes de cidadania têm alargado a cidadania aos membros não residentes da maioria etno-nacional, através de procedimentos simples de “naturalização” (vd. Jugoslávia, Israel, Irlanda), aplicados especialmente ao caso das elites: significativamente as formas mais veementes de nacionalismo sikh são australianos; muitos dos mais extremistas nacionalistas croatas nasceram no Canadá; grande parte dos mais fervorosos nacionalistas argelinos é franceses; muitos dos mais radicais nacionalistas chineses são norte-americanos (ANDERSON, 1993, pp. 55-57). Contemporaneamente a cidadania é recusada formalmente a muitos residentes que não pertencem ao grupo privilegiado dominante, transformando - através de um processo de “dêsnaturalização” - aqueles que sempre viveram em um determinado território, de cidadãos a estrangeiros, ainda que esses tenham vivido sempre em um determinado território. Os casos de cidadãos formais que manifestam as contradições do sistema jurídico, mostrando a sua aplicação seletiva, são muito significativos: comunidades rurais e urbanas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, artesãos, povos dos faxinais, meninos de rua, como também, indígenas e indigentes, favelados, desempregados e pessoas com deficiências. Estas categorias existem só como problemas sociais, quando são percebidos como ameaças à ordem constituída. Os seus estatutos negativos (sem identidade, sem terra, sem trabalho, sem direitos, *sans papiers* etc.) mobilizam as forças armadas do Estado e dos poderes paralelos ou dos interesses econômicos (agropecuários, farmacêuticos, madeireiros ou cosméticos), no objetivo comum de eliminá-los.

Diferentes formas de subjetividade são portadoras das questões não baseadas apenas

sobre o direito de ser diferente, respeito às normas hegemônicas da comunidade nacional, como nas concepções das políticas do “reconhecimento” de Charles Taylor (1994) ou da cidadania cultural de Renato Rosaldo (1993). Inauguram, práticas daquilo que Ong (1999) chama de “cidadanias flexíveis”, articulações de filiações contingentes e complexas com pertencas e negociações múltiplas. Atuam como alternativa ética e política na luta contra os diversos tipos de particularismos culturais e raciais promovidos tanto pela direita conservadora e liberal, quanto pela esquerda institucional, igualmente conservadora e “naturalmente” liberalista. Não celebram um abstrato universalismo igualitário ou um vácuo desenraizamento e uma indiferença pelas tradições locais ou pela pertencas (ROBBINS, 1993). Pelo contrário, permitem de recolher, localmente, os desafios do cosmopolitanismo discrepante (CLIFFORD, 1997), vernacular (BHABHA et al., 2002), multilocalizado (ROBERTSON, 1992) ou crítico (RABINOW, 2003). Desenvolvem formas de glocalismo ético (TOMLINSON, 1999) que superam o conceito de identidade e relançam as diferenças culturais no ethos da interdependência. Se configuram em termos de negociação entre os diferentes grupos que lutam por seus direitos através o diálogo e a cooperação (BALIBAR, 1995) Perspectivas que não envolvem a identidade possibilitam as elaborações de políticas abertas e disponíveis para as negociações e as uniões. Subtraindo-se as preocupantes naturalizações e as perigosas lógicas multiculturais, permitem suportar a identificação contingente e artificial, e, portanto, plenamente política, de objetivos e valores comuns.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B; MARIN, R. E. **Terra urbana e território na Pan-Amazônia**: III Forum Social Pan-Amazônico, Ciudad Guayana, Venezuela. Manaus: FUA, 2009.

AMSELLE, J. L.. **Branchements. Anthropologie de l'universalité des cultures**, Paris: Flammarion, 2001.

ACKERMAN, B. **La costituzione di emergenza**. Come salvaguardare la libertà e diritti civili di fronte al pericolo del terrorismo. Roma: Meltemi Editore, 2006.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer I. Il potere sovrano e la vita nuda**. Torino: Einaudi, 1995.

_____. **Stato di eccezione, Homo Sacer II**. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

ANDERSON, B. **Imagined Communities**. Reflections on the Origins and Spread of Nationalism. London: Verso, 1983.

APPADURAI, A. **Modernity at Large**. Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis-London: University of Minnesota Press, 1996.

_____. Dead Certainty. Ethnic Violence in the Era of Globalization. **Public Culture** v. 10, n.2, p. 225-247, 1998.

APPIAH, K. A. Is The Post in Post-Modernism the Post in Post-Colonialism?, **Critical Enquiry**, v. 17, p. 336-357, 1991.

BALANDIER, G. **Sociologie actuelle de l'Afrique Noire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

BALIBAR, E. **Race, nation, classe: les identités ambiguës**. Paris: La Découverte, 1988.

BASAGLIA, F.; ONGARO BASAGLIA F. **Crimini di Pace**. Torino: Einaudi, 1975.

BAUMANN, G., **Contesting Culture**, Cambridge. Cambridge University Press, 1996.

BENJAMIN, W. **Schriften**: Verlag, Frankfurt am Main. Suhrkamp, 1955.

BHABHA, H.K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.

_____. et al Cosmopolitanism. **Public Culture**, v.12, n. 3, p. 1-13, 2002.

BOWMAN, G. The Violence in Identity. In: B.E. Schmidt, I. W. Schroder, **Anthropology of Violence and Conflict**. London: Routledge, 2001. p. 25-45.

BUTLER J. For a careful reading. In: L. Nicholson, **Feminist Contentions**. London: Routledge, 1995. p. 127-143,

CANCLINI, G. N. **Culturas Híbridas**: estrategias para entrar y salir de la Modernidad. Bogotá: Banco de la Republica, 1990.

CLIFFORD, J. **The Predicament of Culture**. Twentieth-Century Ethnography, Literature, Art. Berkeley: University of California Press, 1988.

_____. **Routes**. Harvard: Harvard University Press, 1997.

COERTZE, C. Volkekunde. **South African Journal of Ethnology**, n.1, p. 2-34, 1978.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. **Modernity and its Malcontents**: Ritual and Power in post-Colonial Africa. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

CONTE E.; ESSNER, C. **La quête de la race. Une anthropologie du nazisme**. Paris: Hachette, 1995.

- DANIEL, V.E., **Charred Lullabies: Chapters in an Anthropology of Violence**. Princeton: University of Chicago Press, 1996.
- DESJARLAIS, R.; KLEINMAN, A. Violence and Demoralization in the New World Disorder. **Anthropology Today**, v.10, n. 5, p. 9-12, 1994.
- DOUGLAS, M. **Purity and danger**. An analysis of concepts of pollution and taboo. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.
- DUMONT, L. **Homo hierarchicus**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- ERIKSON, E.H. Ontogeny of ritualization in man. London: **Trans Roy. Soc.** London, n. 251, 1966.
- ESCOBAR, A. Imagining a post-development era. In: J. Crush, **Power of development**. London: Routledge, 1995b. p.211-227.
- ESCOBAR, A.; LINS RIBEIRO, G. **World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Contexts of Power**. Oxford: Berg, 2005.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. The Nuer of the Southern Sudan In: FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E.E. **African Political Systems**. London: Oxford University Press, 1940. p. 272-296.
- FARMER, P. **Pathologies of Power: Health, Human Rights and the New War on the Poor**. Berkeley: University of California Press, 2003.
- FOUCAULT, M. **La Volonté de savoir**. Paris: Editions Gallimard, 1976.
- _____. **Il faut défendre la société: Cours au Collège de France 1975-1976**. Paris: Gallimard Seuil, 1994.
- _____. **L'usage des plaisirs: Histoire de la sexualité II**. Paris: Gallimard, 1964.
- GADAMER, H.G. **Wahreit un Methode**. Tubingen: J.C.B. Mohr, 1965.
- GIDDENS, A. **Central Problems in Social Theory: Actions, Structure and Contradictions in Social Analysis**. Berkeley: University of California Press, 1992.
- GILROY, P., **There Ain't no Black in the Union Jack**. London: Routledge, 1987.
- _____. **The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness**. London: Verso, 1993.
- GRILLO R.; PRATT J. The Politics of Recognizing Difference: Multiculturalism Italian-Style, Farnham, Ashgate Publishing, 2002; Trad. it. **Le politiche del riconoscimento delle differenze: multiculturalismo all'italiana**, Rimini: Guaraldi, 2006.
- GRILLO, R.; REW A., **Social Anthropology and Development Policy**. London: Tavistock, 1985.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Anthropological locations. Boundaries and grounds for a field science**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- HABERMAS, J. Kampf um Anerkennung im demokratischen Rechtsstaat. In: J. Habermas e C. Taylor. **Einbeziehung des Anderen**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996 p. 237-276.
- HALL, S. Authoritarian Populism: a Reply to Jessop et al., **New Left Review**, v. 151, p.115-124, 1985.
- _____. Cultural Identity and diaspora: In: J. Rutherford. **Identity**. London: Lawrence and Wishart, 1990.
- HANNERZ, U. **Cultural Complexity**. New York: Columbia University Press, 1992.
- HAYDEN, R.M. Imagined communities and real victims, Self-determination and ethnic cleansing in Yugoslavia. **American Anthropologist**, v. 23, n.4, p. 783-801, 1996.
- HERTZFELD M. **Cultural Intimacy. Social Politics in the Social Organization of Meaning**. New York: Columbia University Press, 1997. Trad. it: *La complessità culturale. L'organizzazione sociale del significato*. Bologna: Il Mulino, 1998.
- HOLSON, J.; APPADURAI A. Cities and Citizenship. **Public Cultures**, v.8, p. 187-204, 1996.
- KALDOR, M. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Cambridge: Polity Press, 1999.
- KEESING, R. Theories of culture, **Annual Review of Anthropology**, v. 3, p.73-97, 1974.
- LATOUCHE, S. **L'occidentalisation du monde**. Paris: La Découverte, 1989.
- MALKKI, L.H. **Purity and Exile: Violence, memory and National Cosmology among Hutu refugees in Tanzania**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- MALIGHETTI, R. **Antropologia Applicata. Dal nativo che cambia al mondo ibrido**. Milano: Edizioni Unicopli, 2001.

- _____. **Oltre lo sviluppo. Le prospettive dell'antropologia.** Roma: Meltemi, 2005.
- _____. **Politiche dell'identità.** Roma: Meltemi, 2007a.
- _____. **O Quilombo de Frechal.** Identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira remanescentes de escravos. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007b.
- _____. **Clifford Geertz. Il lavoro dell'antropologo.** Torino: Utet, 2008.
- MARCUS, G. **Ethnography through the Thick and the Thin.** Princeton: Princeton University Press, 1998.
- NORDSTROM C. **A different Kind of World Story.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- ONG, A. **Flexible Citizenship: the Cultural Logic of Transnationality.** Durham and London: Duke University Press, 1999.
- ORTIZ, F. **Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar.** Habana: J. Montero, 1940.
- RABINOW, P. **Anthropos Today: Reflections on Modern Equipment.** Princeton: University Press, 2003.
- REMOTTI, F. **Contro l'identità.** Roma-Bari: Laterza, 1995.
- ROBERTSON R. **Globalization, Social Theory and Culture.** London: Sage, 1992.
- ROBBINS B. **Secular Vocations: intellectuals, Professionalism, Culture.** London: Verso, 1993.
- ROSALDO, R. **Culture and Truth.** Boston: Beacon Press, 1993.
- ROUSE, R. Questions of identity, personhood and collectivity in transnational migration to the United States. **Critique of Anthropology.** v. 15, n.4, p. 351-380, 1995.
- SAID, E. **Culture and Imperialism.** London: Vintage, 1993.
- SAYAD, A. **L'immigration ou les paradoxes de l'alterité.** Paris: Eds. Universitaires, 1991.
- SAHLINS, M.D. The Segmentary Lineage: an Organization of Predatory Expansion. **American Anthropologist.** v.63, n. 2, p. 332-345, 1961.
- SCHEPER-HUGHES, N. Peace-Time Crimes. **Social Identities,** v.3, p. 471-497, 1997.
- SCHMITT, C. **Politische Theologie, Vier Kapitel zue Lehre von der Souveranitat.** Munchen-Leipzig: Dunkler &. Humblot, 1922.
- SOUTHALL, A. The Illusion of Tribe, **Journal of Asian and African Studies,** v.5, p. 28-50, 1970.
- STOLCKE, V. Talking Culture. New Boundaries of Exclusion in Europe. **Current Anthropology,** v.36, n.1, p.1-24, 1995.
- SPIVAK, G. **A Critique opf Post-Colonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present.** Harvard: Harvard University Press, 1999.
- TAGUIEFF, P.A. **La force du préjugé. Essai sur le racisme et des doubles.** Paris: Editions La Découverte, 1988.
- TAYLOR, C. **Multiculturalism.** Princeton: Princcton University Press, 1994.
- TOMLINSON J. **Globalization and Culture.** Cambridge: Polity Press, 1999.
- ZIMMERMANN W. A breakdown of the civil order: The Balkan bloodbath. **International Journal of Politics, Culture, and Society,** v. 9, n.3, p. 401-422, 1995.

NOTAS

1. Recordam o sistema colonial holandês no Suriname que tinha pensado a sociedade do como uma *plural society*, baseada em uma legislação oligárquica que identificava em termos étnico-racial rígidos e fixos os sujeitos, submetendo-os a um código civil e penal que variava em função da categorização étnica produzida pelo governo.
2. Formas de violência intransitivas que operam conceitualmente antes de manifestar-se na ação, estão presentes em cada instituição patrocinadora de fronteiras identitárias (BOWMAN, 2001). Materializam-se em maneiras difusas de exclusão social, desumanização, despersonalização, pseudo-especialização e reificação, que normalizam o comportamento brutal e a violência contra os outros. Está presente também nas políticas repressivas das instituições totais – através modalidades que Basaglia chame de “crimes da Paz” (BASAGLIA, ONGARO BASAGLIA, 1975) - que apagam a dignidade dos indivíduos identificados como não-pessoas (SCHEPER-HUGHES, 1997).
3. As culturas juvenis urbanas - por exemplo - são atravessadas por um diálogo contínuo entre

as expressões culturais dos diversos grupos que deram vida nos guetos e nas favelas a numerosos movimentos antagônicos que se subtraem à pertença racial (MALIGHETTI, 2005).

4. Gilroy (1987) desenvolve um discurso alternativo à ideologia do “novo racismo britânico” e também ao absolutismo étnico e aos nacionalismos culturais negros. A peculiaridade jamaicana é vista por Hall (1990) no aspecto decididamente híbrido de todas as expressões ou manifestações.

Roberto Malighetti

Coordinatore del Corso di Laurea Magistrale in Scienze Antropologiche ed Etnologiche
Dipartimento di Scienze Umane Università degli Studi di Milano Bicocca

E-mail: roberto.malighetti@unimib.it

Università degli Studi di Milano Bicocca

Edificio U6 - IV piano - # 4097

Piazza dell'Ateneo Nuovo 1

20126 Milano